

CONTRATO DE CRÉDITO

CONDIÇÕES GERAIS

1. Definições

Para todos os efeitos do presente Contrato, entende-se por:

- a) CETELEM – o BANCO CETELEM, S.A. com Capital Social de €17.500.000,00 CRLS Lisboa N.º 02738, NIPC 503 016 160, cuja actividade se encontra devidamente licenciada pelo Banco de Portugal e sujeita ao seu poder de regulação e supervisão;
- b) TITULAR – o subscritor do presente Contrato;
- c) CONTRATO – o conjunto de condições particulares, gerais e específicas que regulam as relações entre o CETELEM e o TITULAR e que resultam da aprovação do presente Contrato;
- d) SERVIÇO NETBANKING – serviço disponibilizado ao TITULAR, que permite, através da Internet, a consulta e realização de diversas operações bancárias, designadamente consulta de extracto e saldo, pedido de aumento de limite de crédito, entre outras.

2. Celebração do contrato

O Contrato só se considera perfeito e plenamente eficaz após aceitação expressa, por escrito, pelo CETELEM ou com a entrega do montante financiado.

3. Período de Reflexão

3.1. O TITULAR pode revogar o presente Contrato no prazo máximo de 14 dias a contar da sua assinatura, através de notificação escrita, registada com aviso de recepção, enviada ao CETELEM para a morada constante nas Condições Particulares.

3.2. Enquanto não tiver decorrido o período de reflexão não é exigível ao TITULAR o cumprimento do presente Contrato, excepto se solicitada ao CETELEM a sua execução imediata antes do termo deste prazo.

3.3. Com excepção das importâncias suportadas pelo CETELEM, designadamente tributárias, o exercício do direito de revogação não importa, para o TITULAR, qualquer encargo ou obrigação, excepto em caso de execução imediata do Contrato a pedido do TITULAR, caso em que este fica obrigado a pagar o valor proporcional ao prazo efectivamente decorrido.

4. Obrigações do TITULAR

4.1. O TITULAR obriga-se a:

- a) Atualizar, sempre que tal seja solicitado pelo CETELEM, os documentos comprovativos da situação patrimonial/financeira do TITULAR, relevantes para a concessão e manutenção do Contrato de crédito;
- b) Comunicar atempadamente ao CETELEM qualquer alteração da sua situação pessoal e económica que possam afectar a sua capacidade de cumprimento do Contrato, bem como de dados relevantes para o efeito, designadamente a alteração de domicílio e identificação da conta bancária sobre a qual estejam a ser efectuadas as transferências bancárias;
- c) A omissão ou inexactidão ou falsidade das informações prestadas neste Contrato são da responsabilidade do TITULAR.

5. Atraso no cumprimento (morosidade) e penalidades

5.1. O TITULAR está sujeito ao pagamento de penalidades em caso de não pagamento pontual de qualquer quantias devidas por força deste Contrato, acrescidas de despesas incorridas pelo CETELEM decorrentes. Acrescerá aos juros da operação uma sobretaxa de mora de 2% (ou outra mais elevada que por lei ou disposição administrativa for consentida), ao que acrescerá ainda a cláusula penal moratória de 4%. Os juros poderão ser capitalizados nos termos da lei.

5.2. O CETELEM reserva-se o direito de, em caso de atraso no cumprimento, reavaliar a situação económica do TITULAR solicitando informações e documentação necessária para o efeito.

6. Cessação do Contrato, incumprimento e resolução

6.1. Para além dos demais casos previstos na lei, o CETELEM poderá resolver imediatamente o Contrato, considerar vedada a operação e exigir solidariamente o pagamento imediato de todas as prestações emergentes do Contrato sempre que o TITULAR:

- a) Incumpra qualquer das obrigações estabelecidas no presente Contrato, nomeadamente as condições de reembolso;
- b) Efectue uma falsa participação de sinistro coberto pelo seguro;
- c) Utilize o crédito para fins diferentes do que lhe foi concedido;
- d) Serão da conta do TITULAR todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado e solicitação, que o CETELEM venha a incorrer para garantia e cobrança do seu crédito, as quais se fixam desde já em 4% do valor do capital creditado;
- e) O presente Contrato caduca por morte do(s) TITULADO(s), respondendo a respectiva herança pelo capital ainda em dívida em condições idênticas às previstas para o cumprimento antecipado total.

7. Cessão da posição contratual

O TITULAR autoriza desde já o CETELEM a ceder a sua posição contratual a outra entidade do mesmo grupo económico, produzindo a cessão efeitos a partir da data em que a mesma lhe for notificada ou, caso a notificação não seja possível, a partir da data em que a mesma lhe for notificada ou, caso a notificação não seja possível, a partir da data em que a mesma lhe for notificada.

8. Dados pessoais

8.1. O(s) TITULADO(s) consent(em) e autorizam(ão) expressamente o CETELEM a:

- a) Solicitar informações sobre a sua situação económica/financeira no estritamente necessário à análise, decisão de concessão e acompanhamento do crédito solicitado;
- b) Efectuar o tratamento de dados de natureza pessoal/financeira, bem como comunicá-los a outras instituições de crédito e sociedades financeiras ou a associações do sector, designadamente para fins de controlo do risco de crédito;
- c) Ceder e relacionar os dados obtidos com qualquer registo de informação da situação económica/financeira do TITULAR com Empresas que constituam o grupo económico de que faz parte integrante o CETELEM;
- d) Utilizar os dados pessoais em futuros contratos, nomeadamente acções de marketing directo, oferta de produtos e serviços acessórios relacionados, ainda que indirectamente, com a actividade do CETELEM, bem como ceder os mesmos dados a Empresas do grupo, para os mesmos efeitos ou para fins de gestão e cobrança do crédito. O TITULAR autoriza ainda o CETELEM a ceder, para os mesmos fins, os dados pessoais de natureza não financeira às entidades fornecedoras de bens ou serviços abrangidos pelo presente Contrato e com quem o CETELEM haja celebrado acordos de colaboração ou detenha um termo de confidencialidade;
- e) A(s) TITULADO(s) e assegurado(s), nos termos da lei, o direito de acesso e de rectificação dos dados fornecidos.

9. Impostos, encargos e despesas

Correm por conta do TITULAR quaisquer impostos, taxas, despesas e demais encargos relacionados com a celebração e vigência do Contrato e/ou pagamento das prestações.

10. Seguro

10.1. Ao celebrar o presente Contrato, o TITULAR poderá propor-se como aderente a um ou mais seguros de grupo contratados pelo CETELEM, cujas condições se encontram disponíveis no CETELEM ou em www.cetelem.pt, ou ainda em anexo ao presente contrato.

10.2. As participações de sinistro não suspendem o cumprimento das obrigações do presente Contrato.

10.3. O TITULAR dos dados autoriza a transmissão e o tratamento por parte das Seguradoras, das informações relevantes, para efeitos da gestão de sinistro e para o cumprimento de eventuais obrigações legais e regulamentares, as quais serão processadas e armazenadas informaticamente.

10.4. O TITULAR dos dados autoriza ainda que, em caso de sinistro, as entidades competentes forneçam às Seguradoras as informações necessárias à completa análise do mesmo, incluindo todas as informações e dados relativos, designadamente, a questões de saúde, acidentes e sinistralidade.

10.5. As condições do seguro de grupo ou entidade seguradora podem ser alteradas sem prévio consentimento do TITULAR, devendo, no entanto, o CETELEM informar por escrito o mesmo das alterações essenciais ocorridas.

11. Serviço Netbanking

11.1. O TITULAR pode solicitar ao CETELEM a adesão ao Serviço Netbanking, sendo que o seu registo e acesso pressupõem uma prévia inscrição do TITULAR e a confirmação expressa do Regulamento de Utilização para o efeito disponíveis na rede Internet.

11.2. Na sua inscrição, o TITULAR deverá criar uma password através de uma chave numérica à sua escolha, a qual ficará adstrita a um Código de Utilizador automaticamente gerado pelo CETELEM, que por sua vez será comunicado por escrito ao TITULAR. O acesso ao Serviço Netbanking só será possível mediante o preenchimento do conjunto das condições ordenadas pelo TITULAR sempre que (i) existirem dúvidas razoáveis sobre a identificação do TITULAR, (ii) o TITULAR estiver em incumprimento perante o CETELEM, mesmo relativamente a qualquer outro crédito e/ou CONTA-CARTÃO, e (iii) esteja em causa a segurança das comunicações do seu sistema.

11.3. O TITULAR autoriza o CETELEM a proceder ao registo, em suporte digital ou outro, das instruções e outras comunicações efectuadas por aquele no âmbito deste serviço, reconhecendo a validade deste registo como meio de prova para efeitos judiciais e a atribuição da força probatória prevista para os documentos electrónicos susceptíveis de representação escrita.

11.4. O CETELEM reserva-se o direito de não executar operações ordenadas pelo TITULAR sempre que (i) existirem dúvidas razoáveis sobre a identificação do TITULAR, (ii) o TITULAR estiver em incumprimento perante o CETELEM, mesmo relativamente a qualquer outro crédito e/ou CONTA-CARTÃO, e (iii) esteja em causa a segurança das comunicações do seu sistema.

11.5. O TITULAR autoriza o CETELEM a proceder ao registo, em suporte digital ou outro, das instruções e outras comunicações efectuadas por aquele no âmbito deste serviço, reconhecendo a validade deste registo como meio de prova para efeitos judiciais e a atribuição da força probatória prevista para os documentos electrónicos susceptíveis de representação escrita.

11.6. O CETELEM reserva-se o direito de não executar operações ordenadas pelo TITULAR sempre que (i) existirem dúvidas razoáveis sobre a identificação do TITULAR, (ii) o TITULAR estiver em incumprimento perante o CETELEM, mesmo relativamente a qualquer outro crédito e/ou CONTA-CARTÃO, e (iii) esteja em causa a segurança das comunicações do seu sistema.

11.7. Os dados pessoais de natureza não financeira às entidades fornecedoras de bens ou serviços abrangidos pelo presente Contrato e com quem o CETELEM haja celebrado acordos de colaboração ou detenha um termo de confidencialidade;

11.8. Os conteúdos, desenhos de páginas, imagens, gráficos, logótipos, domínios e marcas constituem criações intelectuais do CETELEM ou de entidades terceiras por este contratadas, protegidas por direitos de propriedade intelectual, direitos de autor e afins, pelo que o TITULAR compromete-se a não praticar qualquer acto que possa constituir uma violação desses direitos, não estando autorizado, seja em que circunstância ou por que meio for, a copiar, reproduzir, alterar, distribuir, divulgar, vender, ceder, retransmitir ou tornar os conteúdos e informação disponibilizada através do Serviço Netbanking acessíveis a terceiros.

11.9. O CETELEM tem o direito de, a qualquer momento e sem aviso prévio, alterar o conteúdo e configuração do Serviço Netbanking.

11.10. Caso venham a ser definidas e aplicadas eventuais taxas, despesas, comissões e/ou outros encargos aplicáveis ao Serviço Netbanking, o TITULAR será informado do novo preço em vigor, sendo aplicável para o efeito, com as necessárias alterações, o disposto na cláusula 30.

11.11 O CETELEM não se responsabiliza por quaisquer atrasos, interrupções, erros ou quaisquer outros inconvenientes que tenham origem em factores fora do seu controlo, nomeadamente, deficiências provadas pela rede de telecomunicações, pelo sistema informático, pelos dados, pelo software de ligação, pela corrente eléctrica ou pela Internet.

11.12. O TITULAR não se responsabiliza por danos resultantes de utilização indevida ou não autorizada do CETELEM, nem poderá ser imputada qualquer responsabilidade por danos resultantes da utilização da mesma, nomeadamente no caso em que se verifique alteração do conteúdo das ordens por intervenção não autorizada de terceiros.

11.13. O TITULAR assume, excepto em caso de culpa grave por parte do CETELEM, toda a responsabilidade pelos danos decorrentes das perdas, extravios, atrasos, viciações, falsificações e erros de comunicação.

12. Foro

Para todas as questões emergentes ou relacionadas com o presente Contrato é competente o foro da Comarca de Lisboa ou do Porto, ou se o CETELEM o entender o foro do domicílio do TITULAR,

sem prejuízo da competência dos meios extrajudiciais existentes de resolução de conflitos de consumo, que se encontram dependentes da natureza voluntária das partes.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS CRÉDITO CLÁSSICO

13. Objecto do contrato

O presente Contrato tem por objecto a concessão de crédito pelo CETELEM ao TITULAR, para fins exclusivamente de consumo pessoal ou para financiamento de aquisição de bens ou serviços a terceiros mediante pagamento a prestações. O crédito poderá ser concedido por crédito em conta bancária indicada pelo TITULAR ou pelo pagamento directo por parte do CETELEM ao fornecedor de bens ou serviços que são objecto do financiamento.

14. Reembolso do crédito e pagamento de juros

14.1. O TITULAR terá o crédito concedido pelo CETELEM e ao pagamento dos juros, quando aplicável, no prazo e demais condições fixadas no presente Contrato.

14.2. A primeira mensalidade poderá ser acrescida os montantes relativos ao Imposto do Selo e ao ajustamento de juros em função da data de financiamento, bem como despesas inerentes à celebração do presente Contrato.

14.3. A modalidade de pagamento por débito em conta será efectuada no 1.º dia útil de cada mês. 14.4. O vencimento das prestações ocorre no primeiro dia de cada mês e devem ser pagas nos termos e prazos estabelecidos no presente Contrato.

14.5. O TITULAR poderá, nos termos e condições definidos nas Condições Particulares, estabelecer com o CETELEM um valor residual a ser liquidado como última prestação, correspondente a uma percentagem do montante financiado. Em caso de financiamento para aquisição de veículos motorizados, o TITULAR deverá ainda pagar uma entrada inicial, sendo que o prazo contratual e o valor residual estão directamente dependentes da mesma.

14.5.1. O valor residual poderá ser objecto de refinanciamento, em termos e condições a ser acordadas entre o CETELEM e o TITULAR durante os 90 dias anteriores ao término deste Contrato, caso contrário, cabe ao TITULAR proceder ao pagamento do valor residual na data do seu vencimento.

15. Cumprimento antecipado total e parcial do Contrato

15.1. O TITULAR poderá cumprir antecipadamente, parcial ou totalmente, o presente Contrato mediante um pré-aviso mínimo de 15 dias.

15.2. O montante da antecipação será calculado com base numa taxa de actualização, que corresponderá a uma percentagem mínima de 90% da taxa de juro em vigor no momento da antecipação para o Contrato em causa, podendo ainda o CETELEM exigir os juros correspondentes a um período equivalente à primeira quarta parte da duração do contrato.

15.3. Em caso de cumprimento antecipado parcial, o TITULAR só poderá exercê-lo uma vez.

15.4. No caso do crédito ter como finalidade a aquisição de veículos motorizados, o TITULAR poderá antecipar parcialmente o seu cumprimento, sem despesas ou custos adicionais, se, cumulativamente a) pagar, sem qualquer atraso, as seis primeiras mensalidades acordadas no Contrato, e ii) o valor da antecipação for no mínimo igual à soma de três mensalidades. O TITULAR poderá escolher entre a redução da duração do contrato, mantendo o valor da prestação inicialmente acordada, ou a diminuição do valor prestação, mantendo-se no entanto a duração inicialmente contratada. Esta antecipação parcial poderá ser exercida em cada 6 meses.

16. Garantias

16.1. O CETELEM pode, se o entender, exigir ao TITULAR a apresentação de quaisquer garantias em direito penhoradas, nomeadamente, Livrança ou fiança.

16.1.1. Em caso de fiança:

- a) O Feador responde solidariamente e como principal pagador por todas as obrigações assumidas pelo(s) TITULADO(s) neste Contrato, renunciando expressamente ao benefício da excussão prévia, restritiva ou benéfica estabelecidas na lei a seu favor, mas declarando que a presente fiança se mantém válida independentemente de alteração da prestação e renovação do presente Contrato;
- b) O Feador obriga-se a pagar a quantia em dívida logo após ter sido notificado, por escrito, pelo CETELEM, de que o(s) TITULADO(s) não cumpriram as obrigações assumidas pelo presente Contrato;
- c) O Feador declara ter conhecimento integral do presente Contrato, do qual confirma ter recebido uma cópia na data da assinatura ou em data posterior.

16.1.2. Em caso de livrança:

- a) Pode o CETELEM exigir a subscrição de uma livrança em branco, estando desde já autorizado a preencher a mesma quanto ao vencimento, local de pagamento e montante total em dívida;
- b) A subscrição da livrança não envolve novação do crédito por ela titulada, podendo o CETELEM acionar este título caso o TITULAR não liquide integralmente a quantia referida na alínea anterior.

16.2. O prestador da garantia exigida pelo CETELEM autoriza o mesmo a recolher e tratar os seus dados pessoais nos termos e para os fins previstos na cláusula 8.º deste Contrato.

17. Atribuição de CARTÃO

As partes acordam desde já que, durante a duração deste Contrato, ou em momento posterior, o CETELEM pode emitir e disponibilizar ao TITULAR um Cartão de crédito. Nesse caso, o CETELEM obriga-se a comunicar novamente ao TITULAR, por escrito, as condições de utilização do mesmo, nomeadamente o limite do crédito atribuído, respectiva TAEG e modalidades de reembolso.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS CARTÃO DE CRÉDITO

18. Definições

Para todos os efeitos do presente Contrato, entende-se por:

- a) CARTÃO – Suporte de plástico ou material equivalente propriedade do CETELEM, emitido com identificação do respectivo TITULAR para seu uso exclusivo e para utilização do limite de crédito atribuído no âmbito deste Contrato;
- b) CONTA-CARTÃO – registo de todos os movimentos, a débito e a crédito, realizados com recurso ao cartão e/ou respectivo suporte de utilização, nomeadamente utilizações de crédito, juros, vencimentos, e outros valores pagos ao CETELEM pelo TITULAR, que comprova montantes em dívida ou pagamentos realizados pelo TITULAR ao CETELEM.

19. Objecto do Contrato

O presente contrato tem por objecto a abertura de uma CONTA-CARTÃO e a atribuição de um CARTÃO de crédito.

20. Período de reflexão

A utilização do Cartão é tida como um pedido de execução imediata do Contrato, e constitui o TITULAR na obrigação de pagamento dos montantes devidos pela utilização.

21. Limite do crédito

21.1. O TITULAR poderá utilizar o crédito até ao limite estipulado no Contrato. Caso o limite de crédito seja excedido, fica desde já o CETELEM autorizado a debitar de imediato o valor do excesso na conta bancária associada ao CARTÃO.

21.2. O limite de crédito pode ser alterado por iniciativa do CETELEM ou por solicitação do TITULAR, após uma análise da evolução da sua situação económica e pessoal. A alteração será confidencialmente comunicada por escrito ao TITULAR, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, o disposto para a alteração do custo do crédito.

21.3. O CETELEM reserva-se o direito de recusar ao TITULAR a utilização do crédito sempre que entender não se encontrarem reunidas as condições pessoais ou económicas para o efeito.

22. Utilização do crédito – mediante apresentação do CARTÃO e sua validação manual ou electrónica no acto de aquisição do bem ou serviço. O CARTÃO permite ao seu titular a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos comerciais em colaboração com o CETELEM e estabelecimentos nacionais ou estrangeiros acreditados pelos sistemas UNICRE e/ou MasterCard.

22.2. Levantamento de crédito (Cash Advance) – Levantamento, em todas as máquinas automáticas da rede UNICRE em Portugal e da rede MasterCard no estrangeiro.

22.3. Solicitação Directa (OPS) – O TITULAR pode solicitar directamente ao CETELEM a transferência de um certo montante para a conta bancária associada ao CARTÃO, dentro dos limites de crédito disponíveis a um dado momento.

23. Emissão do CARTÃO

23.1. O CARTÃO tem gravado o nome do TITULAR e é propriedade do CETELEM.

23.2. O CARTÃO é para uso exclusivo do TITULAR, deve ser individual, pessoal e intransmissível. O CETELEM não se responsabiliza pelo prejuízo de o fazer, não se encontra vinculado em verificar ou controlar quem utiliza o CARTÃO.

23.3. É obrigação do TITULAR assinar o CARTÃO logo após a sua recepção. Ao TITULAR será atribuído um PIN (Número Identificação Pessoal), devendo tomar as medidas adequadas para garantir a segurança do CARTÃO e respectivo PIN, nomeadamente (i) não permitir a utilização do CARTÃO por terceiros, (ii) não transmitir o seu PIN a terceiros, e (iii) memorizar o PIN abstendo-se de o anotar, praticando de modo inteligível ou acessível a terceiro, caso contrário o TITULAR será sempre tido como responsável pelas transacções ocorridas naquelas condições. Ao introduzir e validar o PIN pressupõe-se a utilização do CARTÃO por parte do TITULAR.

23.4. O CARTÃO terá o prazo de validade fixado pelo CETELEM no próprio CARTÃO, para além do qual não poderá ser utilizado. Em princípio, o CARTÃO será renovado automaticamente antes do fim do seu prazo de validade, caso não seja denunciado pelo TITULAR, através de notificação escrita enviada com uma antecedência de 60 dias anteriores ao termo do prazo, devendo ainda cessar a sua utilização e devolvê-lo, inutilizado, imediatamente após o termo da validade ou notificação do seu cancelamento.

23.5. A emissão do CARTÃO, ou alguma das suas renovações, pode implicar a cobrança de uma anuidade estipulada neste Contrato e/ou previamente comunicada ao TITULAR, cujo montante pode ainda ser alterado pelo CETELEM, aplicando-se para o efeito o disposto para a alteração do custo do crédito.

24. Funcionamento do Cartão de Crédito

24.1. Transacções efectuadas através do CARTÃO, são sempre transacções a crédito debitadas na respectiva CONTA-CARTÃO.

24.2. O TITULAR deverá, na aquisição de bens e serviços, apresentar o CARTÃO devidamente assinado, conferir e assinar a factuabilidade referente à transacção e guardar uma cópia, identificando quando tal lhe for solicitado, e fazer uso do PIN nas circunstâncias em que tal lhe for solicitado.

24.3. A assinatura de uma factuabilidade ou a utilização do PIN implica a aceitação do débito do valor da transacção, permanecendo o CETELEM alheio a qualquer incidente ou litígio que ocorra entre o TITULAR e o estabelecimento.

24.4. O TITULAR não pode exigir ao CETELEM a revogação de uma ordem validamente dada através do CARTÃO sem prejuízo de, se tal solicitação ocorrer, poder o CETELEM analisar a viabilidade da respectiva execução.

24.5. No caso de transacções manuais ou electrónicas para abastecimento de combustíveis em gasolinas aderentes à rede MasterCard, é devida uma taxa de abastecimento definida pela entidade gestora da rede.

24.6. As transacções efectuadas em moeda estrangeira serão debitadas na CONTA-CARTÃO, em euros pelo contra-valor que resultar da aplicação da taxa de câmbio praticada pela rede MasterCard à data da liquidação das mesmas. O TITULAR é responsável pelo cumprimento das disposições cambiais em vigor, quando aplicáveis.

25. Reembolso do crédito e pagamento de juros

25.1. O presente Contrato tem por objecto a abertura de um crédito a efectuado no prazo e demais condições fixadas no presente Contrato, por ordem de débito permanente à conta bancária associada ao CARTÃO indicada pelo TITULAR, através de alguma das seguintes modalidades:

25.1.1. Revolving - a dívida será reembolsada em prestações mensais sucessivas, fixas ou variáveis, correspondente a uma percentagem do limite de crédito ou do capital utilizado e em dívida, com

limite mínimo de 3% e/ou €10,00 (dez euros), conforme disponibilizado pelo CETELEM e previamente seleccionado pelo TITULAR. Quando o montante devido ao CETELEM for inferior ao limite mínimo a mensalidade será limitada ao montante devido ao CETELEM.

25.1.2. Modalidade “Crédito Clássico”

a) Dependente da autorização prévia do CETELEM, o TITULAR tem a opção de reembolsar utilizações do CARTÃO acima de determinados montantes no prazo e demais condições de um Crédito Clássico, fixadas pelo CETELEM e previamente apresentadas/comunicadas ao TITULAR. A opção desta modalidade deve ser efectuada directamente no estabelecimento comercial aquando da utilização do CARTÃO, ou mediante um contacto posterior para o CETELEM.

b) Caso a opção deve ser efectuada mediante contacto posterior para o CETELEM, deve o mesmo realizar-se até ao 15.º dia do mês seguinte à data das utilizações em questão. Só poderão ser seleccionadas utilizações que tenham sido integralmente efectuadas dentro do limite de crédito fixado para o CARTÃO.

25.2. A soma agregada das utilizações seleccionadas pelo TITULAR para “Crédito Clássico”, o custo total de crédito associado a cada uma delas (juros e outros encargos), e o montante utilizado em Revolving, não podem exceder, em cada momento, o limite de crédito fixado para o CARTÃO.

25.3. Em caso de incumprimento da liquidação de uma prestação relativa a uma modalidade “Crédito Clássico”, o valor dessa prestação será imputado, no extracto de CONTA-CARTÃO seguinte, ao montante que se encontrar em dívida na modalidade Revolving, acrescido das penalidades por mora previstas neste Contrato.

25.4. O TITULAR tem o direito de antecipar, em qualquer momento e sem qualquer penalização, o pagamento da totalidade ou de parte do saldo devido.

25.5. Qualquer valor de crédito utilizado que seja reembolsado permite ao TITULAR nova utilização do mesmo valor até ao limite de crédito contratado com o CETELEM.

26. Extracto de Conta-Cartão

26.1. O CETELEM disponibilizará periodicamente ao TITULAR um extracto de CONTA-CARTÃO, que reflectirá as referências e montantes de transacções por ele efectuadas e ainda não reembolsadas, as respectivas datas de vencimento, bem como os pagamentos realizados durante esse período.

26.2. O extracto de CONTA-CARTÃO constitui o documento de dívida do TITULAR, sendo considerado exacto se não for recebida qualquer reclamação, por escrito, devidamente acompanhada dos documentos necessários à fundamentação, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da sua emissão.

26.3. O TITULAR deverá contactar o CETELEM caso não receba o extracto CONTA-CARTÃO dentro dos prazos normais.

27. Responsabilidade

27.1. O CETELEM não pode em circunstância alguma ser responsabilizado pela eventual impossibilidade de utilização nas caixas automáticas ou nos terminais de pagamento automático, pela perda, furto, roubo ou falsificação, em caso de qualquer estabelecimento, bem como por deficiência de atendimento, má qualidade dos bens ou serviços obtidos através do CARTÃO ou quaisquer outros incidentes que ocorram entre o TITULAR e o estabelecimento ou o proprietário do terminal de pagamento automático.

27.2. O CETELEM não pode, em circunstância alguma, ser responsabilizado pela eventual impossibilidade técnica ou recusa de utilização do CARTÃO no estrangeiro, designadamente resultantes de normas e limites locais estabelecidos, nem pela cobrança local de taxas ou comissões de qualquer natureza, sendo que o TITULAR deve-se informar previamente das respectivas condições da sua utilização.

27.3. Em caso de diferendo entre o CETELEM e o TITULAR resultante da utilização do CARTÃO, o ônus da prova cabe a quem invocar o facto e o seu favor.

28. Extravio, Furto ou Roubo

28.1. Em caso de extravio, furto ou roubo do CARTÃO, o TITULAR deverá avisar imediatamente por telefone para o serviço de atendimento permanente 24h/24, devendo confirmar por escrito no prazo máximo de 72 horas: Portugal – 213 158856 Fax 213 154612; EUA – (001) 8003077309; Outro País – (001) 6367227111. O Titular deverá ainda participar a ocorrência às autoridades policiais, apresentando certidão do respectivo auto do CETELEM.

28.2. O CETELEM, a UNICRE e a MasterCard acionarão imediatamente os mecanismos necessários ao impedimento do uso abusivo e fraudulento do CARTÃO.

28.3. O TITULAR não pode ser responsabilizado por utilizações abusivas do CARTÃO resultantes de perda, furto, roubo ou falsificação, em caso de utilizações electrónicas ou passadas 24 horas após a notificação efectuada ao CETELEM nos termos da presente cláusula, salvo se, nestes últimos, forem devidas a dolo ou negligência grosseira do TITULAR.

28.4. A responsabilidade global decorrente de utilizações abusivas anteriores à notificação referida nesta cláusula não pode ultrapassar, salvo em casos de dolo ou negligência grosseira, o valor do limite disponível à data da primeira operação considerada irregular face ao limite de crédito concedido à data do TITULAR.

29. Custo do crédito

29.1. O custo do crédito é variável em função da utilização, da duração do saldo devido, composto pelo crédito utilizado, juros, diários vencimentos, impostos e demais encargos e da forma de pagamento seleccionada pelo TITULAR, conforme o constante no preço em anexo e nos extractos de CONTA-CARTÃO enviados ao TITULAR.

29.2. O montante das prestações periódicas indicadas nas Condições Particulares poderá ser arredondado, sem que se considere por esse facto alterado a taxa anual de encargos efectiva (global TAEG).

30. Alteração do custo do crédito

30.1. O CETELEM compromete-se a informar o TITULAR, por escrito ou através de extracto da CONTA-CARTÃO, de qualquer revisão ou alteração à taxa de juro que venha a ser efectuada ou demais encargos relacionados com o custo do crédito, bem como de qualquer modificação às condições de reembolso mínimo. As novas condições serão aplicadas ao saldo devido a partir da data de vencimento da prestação seguinte.

30.2. Caso o TITULAR não concorde com as alterações referidas no número anterior, deve, por carta registada com aviso de recepção enviada com uma antecedência de 15 dias a contar da notificação das referidas alterações, recusá-las e resolver o presente Contrato, mediante antecipação do pagamento da totalidade do saldo devido nas condições anteriores à alteração, ficando ainda com o direito de reaver a anuidade paga, caso exista, na parte proporcional ao período ainda não decorrido.

30.3. Caso a recusa do TITULAR não seja comunicada ao CETELEM nos termos do número anterior, ou caso o TITULAR proceda a algum movimento com o CARTÃO após tomada de conhecimento das alterações, ou ainda a recusa não for acompanhada do pagamento da totalidade do saldo devido, entendendo-se que a alteração foi aceite pelo TITULAR.

31. Duração, alteração e suspensão

31.1. O presente Contrato vigora pelo período de um ano a contar da data da sua aceitação, e será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, excepto em caso de denúncia do prazo ou de alguma das suas renovações, por escrito, efectuada por alguma das partes com uma antecedência de 30 dias.

31.2. O CETELEM pode alterar este Contrato, devendo esta alteração ser comunicada por escrito ao TITULAR com uma antecedência de 30 dias, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, o disposto para a alteração do custo do crédito.

31.3. O Contrato poderá ser unilateral e temporariamente suspenso pelo CETELEM, independentemente do crédito ainda disponível, em caso de não liquidação do reembolso mínimo periodicamente acordado, ou quando o reembolso mínimo seja apenas parcialmente efectuado, ou ainda em caso de alteração significativa das condições financeiras do TITULAR que diminuam as garantias de reembolso.

32. Cessação do Contrato, incumprimento e resolução

32.1. O TITULAR poderá renunciar a todo o momento à utilização do CARTÃO, procedendo à sua devolução, inutilizado, cortando, para efeito, o canto superior direito afim de se manter visível o número de identificação.

32.2. Para além dos demais casos previstos no presente Contrato, o CETELEM poderá resolver imediatamente este Contrato, recusar ao TITULAR a utilização do crédito e/ou atribuição/renovação do CARTÃO, considerar vedada alguma operação e exigir o pagamento imediato de todas as prestações em dívida, em geral, de tudo quanto constituir o seu crédito, incluindo penalidades por mora, sempre que:

- a) Não utilizar o CARTÃO durante dois meses consecutivos;
- b) Ultrapassar o limite de crédito disponível;
- c) Fizer uso abusivo ou ilícito do CARTÃO;

32.3. A resolução do Contrato implica a restituição ao CETELEM de todos os meios que permitam a utilização do crédito, designadamente devolução do CARTÃO, restituição essa que, para todos os efeitos legais, é da responsabilidade do TITULAR.

ANEXO – CONDIÇÕES FINANCEIRAS

1. Taxa Nominal (TAN): Cartão Cetelem 21,8%; Cartão White 19,50%; TAEG: Cartão Cetelem 25,77%; Cartão White 22,85%.

2. Levantamento de dinheiro a crédito (Cash Advance):

	Zona Euro	Resto do Mundo	(a) ao valor do levantamento acresce uma taxa de 3,33%.
Caixas Automáticas (a)	€1,50	€2,50	
Agências Bancárias (a)	€2,50	€3,50	

3. Compras de bens e serviços efectuados em Portugal e na zona Euro: sem custos (exceptua-se a taxa suplementar de €0,50 por pagamento nos postos de abastecimento de combustível em Portugal).

4. Taxa de processamento de pagamentos em cartão: sem custos.

5. Anuidade: Cartão Cetelem: 1.º TITULAR € 5,00. Cartão White: 1.º TITULAR € 15,00.

6. Prejuros de serviços solicitados pelo TITULAR:

Solicitação Directa (transferência de disponível do cartão para a conta bancária: 1% do valor transferido, até ao máximo de €20,00 e o mínimo de €1,50)			
Adiantamento de uma mensalidade	€2,50	Cópias de facturas	€10,00
Cancelamento cartões (por perda, furto ou falsificação)	€5,00	Envio postal extracto conta	€0,90
Substituição (por perda, furto ou deterioração do cartão)	€10,00	Despesas cobrança postal	€0,90
Emissão de PIN	€5,00	2.º via de extracto de conta	€5,00

7. Utilização de crédito excedendo o limite contratado: € 5,00.

8. Custos de inclusão em listas negras: € 25,00.

9. Custo do seguro: 0,51% do capital em dívida num determinado mês.

10. Custo de devolução de cheque: € 12,00 (IVA incluído).

A estes valores acresce o imposto do selo à taxa legal.

Preçário válido em Janeiro de 2007 sem prejuízo de actualizações posteriores.